

IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NAS CIDADES E A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE CIDADE E INCLUDENTE

Ana Maria Foguesatto¹
Elenise Felzke Schonardie²

Resumo

O presente artigo apresenta uma análise da globalização e seus impactos na vida urbana da sociedade global, com objetivo de construir um modelo de cidade ideal que auxilie na efetivação da cidadania e de direitos humanos. Inicia-se pela análise da globalização enquanto fenômeno e suas características na nova ordem mundial. Na sequência trabalha-se as noções de cidade global e cidade sustentável, bem como, enfrenta-se a proposição teórica de construção de uma alternativa à hegemonia econômica da globalização, por meio da noção de cidade-modelo (cidade vitrine). Para sua consecução utilizou-se como método de abordagem dialético, por meio do procedimento bibliográfico de interpretação sociológica. Conclui que a construção de um projeto de modelo urbano com as cidades vitrines, busca acoplar a globalização econômica a sustentabilidade ambiental para a melhoria das condições de vida nos centros urbanos, porém entendeu-se que tal modelo é uma alternativa possível, mas que não consegue dar conta de incluir aqueles sujeitos que foram excluídos pela globalização de cunho apenas econômico, devendo-se pensar em alternativas de realização social e cultural para a população.

Palavras-chave: Cidades globais e sustentáveis; Cidades vitrines; Direitos humanos; Globalização; Inclusão social.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O texto faz uma análise da sociedade ocidental atual frente ao fenômeno da globalização e suas implicações para os modelos de cidades globais e sustentáveis, avançando para a análise do modelo de cidades vitrines. Como horizonte, centra-se na ideia de melhoria da qualidade de vida e efetivação da dignidade humana no ambiente urbano diante da globalização, predominantemente, econômica.

Neste contexto, traz aspectos do mundo globalizado, através dos processos de globalização, os quais comprovam o poder dos Estados-nação, em relação aos inúmeros

¹ Mestranda e Bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito - Curso de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, vinculada a linha de pesquisa Direitos Humanos, Meio Ambiente e Novos Direitos; Graduada em Direito pela UNIJUÍ. E-mail: anafoguesatto@hotmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS, Mestre em Direito pela UNISC, Professora permanente do Programa de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, vinculada à linha de pesquisa “Democracia, Novos Direitos e Desenvolvimento”; Professora do Curso de Graduação em Direito da UNIJUÍ; Advogada. E-mail: elenise.schonardie@unijui.edu.br.

problemas que sobrecarregam a agenda mundial, como os relacionados à tutela dos direitos humanos e do meio ambiente. Portanto, falar em direito ambiental na sociedade globalizada, pressupõe a tutela do direito a um ambiente ecologicamente equilibrado à geração modernizada que cresce a todo vapor.

Atualmente, vivencia-se a liberação do processo de globalização como um novo horizonte no debate. Nessa seara, busca-se relacionar aos padrões de qualidade de vida a sustentabilidade em âmbito local. Assim, os processos oriundos do fenômeno da globalização abrem-se em um novo horizonte para dar um novou ou outro sentido à vida humana na Terra e para a proteção do meio ambiente urbano. Neste contexto, evidenciam-se os aspectos do mundo globalizado, destacando a importância da tutela dos direitos humanos discutida tanto no meio acadêmico quanto na política nacional e internacional.

No contexto da modernização das cidades por meio de transformações e revitalização do espaço, surge as cidades vitrines para “vender” um modelo de cidade sustentável, que oferece qualidade de vida para alguns grupos de cidadãos urbanos e torna difícil, quase impossível a inclusão de outros. Isso porque, em parte as cidades passaram a assumir atribuições e iniciativas as quais, anteriormente, pertenciam aos Estado-nação e, hoje elas tornaram-se elemento indispensável na organização geográfica de seu espaço.

2 DILEMAS DO MUNDO GLOBALIZADO: AS CIDADES GLOBAIS E AS CIDADES SUSTENTÁVEIS

A sociedade contemporânea a partir da segunda metade do século 20 e início do século 21, passou a tomar forma de uma verdadeira sociedade global, onde por um lado, as relações mundiais contraíram relevante complexidade diante da promessa de um vínculo de cooperação e interdependência entre os povos e, a intolerância e acentuação de conflitos locais, regionais e ambientais, por outro. Tais mudanças alicerçam novas alternativas integradas, corroborando para a construção de uma nova ordem mundial.

Posteriormente, ao período da chamada Guerra Fria³, a globalização do capitalismo começa a tomar forma, “nessa época ocorre uma transformação quantitativa e qualitativa do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório” (IANNI, 1999, p. 184). Essas

³ Conflito ideológico pela disputa internacional pelo poder, declarado entre Estados Unidos (capitalista) e URSS (socialista), iniciado por volta de 1945 e teve seu término em 1991, momento em que ocorre a extinção da União Soviética.

transformações foram principalmente na área de processo de produção, na organização do trabalho e também trouxe mudanças significativas na vida das pessoas.

Essa nova ordem mundial inaugurada pelo fenômeno da globalização acompanhada de mercados livres, “trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais no interior das nações e entre elas” (HOBSBAWM, 2007, p. 11). E, os impactos dessa globalização tem sido mais fortemente sentido pelos sujeitos em situação de vulnerabilidade social e econômica, que dependem de seus estados-nação e dos sistemas de assistência social, pois integram o grande exército de desempregados permanentes (e não mais o chamado “exército de reserva dos trabalhadores”, que na época de Marx, era transitório) pessoas que dificilmente serão reabsorvidas pelo mercado formal de trabalho. E, há ainda, a acentuação das desigualdades extremas entre os diferentes locais do globo, ocasionando migrações em massa dos países menos desenvolvidos e ou em situação de conflitos tribais aos países ou economias desenvolvidas. Isso porque a globalização econômica (que é mais veloz, concentrada e excludente) não tem sido acompanhada pela social (que é visa melhorar as condições gerais de vida das populações, podendo ser considerada sob o viés inclusivo).

Na medida em que se dá a globalização do capitalismo, como um modo de produção e processo civilizatório, desenvolve-se simultaneamente a sociedade global, uma espécie de sociedade civil global em que se constituem as condições e as possibilidades de contratos sociais, formas de cidadania e estruturas de poder de alcance global.[...] formam-se as estruturas do poder econômico e político também característicos da globalização. (IANNI, 1999, p. 205)

A globalização é, também, hegemônica e impõe uma única forma de padrão cultural (aquele que é mais favorável ao mercado). Contudo, a noção de cidadania juntamente com o desenvolvimento dos direitos humanos (não como discurso hegemônico) veem progressivamente mostrando-se como importantes instrumentos para a consecução de ações que visem proporcionar mais equilíbrio aos abismos de desigualdades e exclusões (sociais, econômicas e culturais), acentuadas pelo fenômeno da globalização. Os modernos ideais dos direitos humanos buscam defender os indivíduos perante o Estado, ou seja, dos excessos coercitivos de poder estatal. Esses ideais construíram os princípios políticos e jurídicos, visando à consolidação de um conjunto de direitos fundamentais aos seres humanos.

Considerando que toda sociedade organiza-se no tempo e espaço. E, que a globalização é inerentemente globalizante (GIDDENS, 1991) os níveis de distanciamento tempo-espaço para relações entre as diferentes formas sociais tornam-se longos. Para Anthony

Giddens (1991, p. 69) “A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa.” Pode-se, ainda, identificar na globalização quatro dimensões que a caracterizam: a primeira delas é a economia capitalista, a segunda é o sistema de estado-nação, a terceira é a chamada ordem militar mundial e, como quarta e última dimensão tem-se o desenvolvimento industrial (desindustrialização dos países desenvolvidos e industrialização predatória dos países em desenvolvimento) e suas consequências sobre a divisão do trabalho e a formação de um enorme contingente populacional que encontra-se permanentemente excluído do mercado formal de trabalho. “O impacto do industrialismo é claramente não limitado à esfera de produção, mas afeta muitos aspectos da vida cotidiana, bem como influencia o caráter genérico da interação humana com o meio ambiente material.” (GIDDENS, 1991, p. 81).

Na vivência dos tempos modernos a maioria das pessoas viam-se fora dos padrões que lhes era de costume, passando a uma reapropriação do tempo e local com o social global na vida cotidiana, no sentido de organizar esses aspectos, era necessária confiança nas questões decisivas que o mundo moderno apresentava e, com isso a vida no meio urbano ganha protagonismo. Já no período da pós-modernidade, vivenciado neste início do século 21 no qual as pessoas acumulam-se predominantemente nas cidades, especialmente, nos grandes centros urbanos, a teoria iluminista de espaço e tempo acabam por se dissolver, passando a entrar em cena as realidades de mundo mais tecnológico em que a intensidade dos fluxos multiplica-se de forma exponencial e a única certeza passa a ser a existência constante de incertezas. Assim, surgem os espaços imaginários e virtuais, onde cada indivíduo cria seu próprio tempo e espaço conforme a sua vontade.

Esse é um processo que vem de longe, desde que a produção, circulação, troca e consumo das mercadorias passaram a atender às necessidades reais e imaginárias de uns e outros, desde que uns e outros passaram a deleitar-se ou resignar-se às exigências e delícias das necessidades reais e imaginárias trabalhadas, criadas ou recriadas pela publicidade universal. *Nesse momento a experiência se empobrece e a aparência enriquece.* (IANNI, 1999, p. 214, grifo nosso)

O cenário contemporâneo não se mostra favorável a futuras gerações, em especial àquelas desprovidas de condições econômicas regulares. O desenvolvimento no mundo global trouxe consigo muitas mudanças no estilo de vida das pessoas, dando assim, novos contornos ao dia a dia. A vinda da sociedade global contemporânea reabre a problemática da

modernidade, tempos de incertezas, riscos e medos principalmente com o surgimento de novos desafios, como a civilização tecnológica, as transformações na estrutura de um modelo prévio de desenvolvimento, saber que todos são responsáveis pelos problemas da humanidade. Tais desafios, além das obrigações legais e morais de proteger os recursos ambientais essenciais à vida, de apropriação equitativa desses recursos pelos povos e transformação do meio social no qual vivem, também devem vir à auxiliar os cidadãos à participação na vida política e social de suas cidades (influenciadas pelas decisões econômicas globais) em prol de um futuro digno e de qualidade para o maior número possível de pessoas.

Neste ponto, a discussão é levada para âmbito local. A sociedade civil, ao longo da história social, para melhor organização de seu espaço, criou vários modelos de cidades, dentre esses, de cidade-Estado à cidade sustentável. “[...] a incerteza quanto ao futuro das cidades tem proporcionado um campo fértil para a proliferação de modelos de gestão urbana e estratégias de desenvolvimento local e elaborados por agências multilaterais e consultores internacionais” (COMPANS, 2009, p. 121).

No âmbito urbano, referencia-se duas representações de espaço-tempo, de um lado com as cidades globais, que tratam da intensificação e integração dos fluxos (tecnológicos e econômicos), enquanto que de outro lado temos as cidades sustentáveis, ditas duráveis, que priorizam dimensões ecológicas e culturais, com fluxos de longo prazo e ritmos naturais no meio urbano, para um desenvolvimento local.

Dentre um universo de possibilidades, destaca-se como importante característica das cidades globais a supressão de tempo e espaço, onde a facilidade de passar informações, em tempo real, a qualquer parte do mundo através de tecnologias avançadas, tornou-se de muita relevância na sociedade ocidental. Dessa forma, a questão de durabilidade do desenvolvimento nas cidades é condicionada pela tomada de decisões políticas, bem como refere Compans (2009, p. 125): “A reintrodução das temporalidades naturais – cíclicas (sazonalidades, ciclos de depuração, tempo de renovação de recursos) e evolutivas (biodiversidade, dinâmicas dos espaços vegetais) – e urbanas (patrimônio, história e cultura)”. Questões essenciais para manter o desenvolvimento ativo, sem prejudicar a cultura local. Isso porque, a racionalidade da globalização não privilegia a manutenção das culturas locais.

Dessa contradição nas formas do uso de tempo e espaço, que surge então, na contemporaneidade, dois modelos de cidades com visões e projetos opostos: a cidade sustentável e a cidade global.

As cidades sustentáveis são integrantes de uma política pública, a qual se dedica a manutenção da existência da natureza nas diferentes áreas da gestão pública no âmbito urbano, oferece as ferramentas necessárias para que as cidades desenvolvam-se de forma econômica, social, cultural e ambientalmente sustentável, privilegiando a produção local em detrimento das trocas globais. Já nas cidades globais é possível destacar como característica marcante a hipermobilidade de fluxos (pessoas, produtos, informações e capitais), o excesso de trabalho para um categoria de pessoas que possuem mão-de-obra altamente qualificada, gerando uma cultura de urgência nas questões econômicas, sempre com vistas a economizar tempo. Destaca-se uma desconexão com o tempo natural das coisas, assim como, os ciclos diurnos e noturnos não param, ou seja, a cidade não dorme.

No que concerne à organização do espaço urbano, destaca-se a urgência social, da precariedade e do cativo para parte da população. Há uma forte oposição entre tendência da fragmentação e enclaves territoriais intraurbanos, através da polarização entre empregos estáveis bem remunerados e os precários sub-remunerados, existentes nas cidades globais. Porquanto, a cidade global abre espaço para um composto de bairros e condomínios privados, os quais são destinados a moradia da elite transnacional. Já na cidade sustentável haveria integração entre o centro e a periferia, entre os espaços públicos e os privatizados, buscando recompor laços ambientais com vistas ao melhor bem viver e a qualidade de vida nas cidades. Nesse sentido, busca-se reconstruir o pensamento de um projeto de cidades sustentáveis.

No que tange a fragmentação dos espaços sociais nas das cidades globais, estas podem ser de fato, um modelo de sociedade segregada, pelas grandes diferenças nas classes sociais, sendo nitidamente perceptível a desigualdade entre estas. Assim, surge a competitividade financeira, que potencializa essa segregação, não apenas pelas diferentes oportunidades de trabalho e educação, mas sim, pela valorização imobiliária decorrente de investimentos milionários, enquanto que, por menor, tem-se a revitalização dos espaços públicos, os quais integram apenas como marketing urbano, para embelezamento da cidade, com vistas a sustentabilidade.

Desses dois modelos de cidades, pode-se concluir que são as cidades voltadas ao desenvolvimento sustentável que visam o melhor bem viver a população em geral, sem distinções, pois trabalha com um desenvolvimento compartilhado a fim de não comprometer as condições e qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Nota-se, que no âmbito das grandes cidades, principalmente aquelas ainda em desenvolvimento, condições de degradação ao meio ambiente urbano, os quais têm causado perda considerável na qualidade de vida das pessoas. Estando presente o caos gerado pela

ausência de planejamento ou por um planejamento urbano insuficiente, é sugerido que a competitividade e sustentabilidade se entrelacem para juntas elaborar um projeto de desenvolvimento que seja (também) econômico e de acordo com a necessidade dos ecossistemas locais.

Para construir uma cidade sustentável, se faz necessário, ter um projeto para alavancar o desenvolvimento econômico, em conjunto com a competitividade global e a sustentabilidade no que diz respeito a recursos ambientais não renováveis. Não obstante, considera-se e priorizam-se questões relacionadas a emprego, moradia, acesso aos serviços públicos e integração cultural entre a população. O objetivo é criar uma cidade que proporcione de forma abrangente o desenvolvimento sustentável, reconhecendo que esta apresenta diferentes formas e dimensões para serem consideradas dentro das estratégias possíveis.

Acerca da sustentabilidade existe diversos posicionamentos que nos levam a pensar e refletir sobre os padrões e as razões de ser. De acordo com Henri Acselrad (1997), existem duas racionalidades sobre sustentabilidade. A primeira é a razão prática que visa construir a conservação social, para criar maneiras de sustentar a ordem capitalista econômica, com o objetivo de alcançar a eficiência das cidades globais; a segunda teoria traz a racionalidade que concebe a ação do homem no mundo por um projeto cultural que ordena a experiência prática e pretende buscar uma transformação social com o objetivo de superar a insustentabilidade no atual modelo de desenvolvimento. O desenvolvimento urbano com viés sustentável pode contribuir com o incremento da riqueza material, com o aumento da qualidade de vida e a reprodução das condições sociais, materiais, visando mitigar a pobreza mediante inclusão social.

3 CIDADES VITRINES

A cidade e sua forma urbana de ser, sempre se constituiu por fatores intrínsecos de um lugar onde a civilização humana pudesse habitar. Em meados do século 20, através da morfologia das cidades, podemos observar pelo decorrer da história que são os modelos urbanos que configuram as diferentes cidades, isso porque as sociedades moldam suas cidades conforme seus modelos sociais.

O capitalismo atual busca realizar estratégias em escala mundial, que impulsionam um novo espaço que atenda as novas exigências da sociedade, não mais somente nas linhas de produção, mas no que se refere a informações e comunicação. Essa visão do capital impõe as

idades o dever de potencializar a economia introduzindo no espaço social formas de dominar a cultura local, reproduzindo discursos de políticas públicas através do *city marketing*.

O atual modelo urbano de cidade é feito para ser capaz de enfrentar as crises advindas da modernidade por seus gestores. Nesse sentido,

[...] as cidades que desfrutam hoje o *status* de “modelo”, segundo os padrões internacionais hegemônicos, são as que mostram uma imagem que agrega à modernização tecnológica e infraestrutural a promessa de uma “cidade harmoniosa”, com alta “qualidade de vida” e “renovada vida cultural e artística”. Mediante algumas ou todas as qualidades combinadas, essas são as que representam como “cidades sustentáveis”. (SÁNCHEZ, 2009, p. 173)

Nesse contexto de modernização, onde a comunicação está envolvida no setor produtor da imagem urbana, procura-se criar formas de bem viver na cidade, unindo a cidade modelo com a cidade sustentável. A consciencialização de que problemas ambientais existem e precisam ser discutidos na sociedade são essenciais para contribuir com uma consciencialização de sua intrínseca relação com a cidade. Nesse sentido, que deve-se procurar novas formas urbanas para as cidades, formas sustentáveis de ser cidade.

Em um atual discurso urbano pela agenda hegemônica, as cidade-modelos buscam cada vez mais, formas de sustentabilidade. Porém, esta tarefa carrega um certo grau de dificuldade, devido a cultura da sociedade já instalada na cidade. É necessário que os agentes da formação de uma agenda urbana neoliberal projetem através de imagens e discursos, Sánchez (2009, p.175): “as noções, naturalizadas, de ‘cidades sustentáveis’, ‘preservação da qualidade de vida’, e ‘eficiência ecoambiental’, associadas à ‘boa governança’, como pré-requisito dos projetos de desenvolvimento econômico.” Pois de fato, a economia política dominante fornece incorpora noções de sustentabilidade nas relações de mercado-Estado.

Em meados de 1999, na cidade de Cingapura, realizou-se uma Conferência Mundial organizada pela ONU, com a temática deste novo modelo de urbanização, as Cidades-Modelo (cidades vitrines). O referido evento, teve por objetivo um exercício de gestão voltada a otimizar a competitividade e atender os interesses coletivos. Nesta oportunidade foram classificadas condições para ser uma Cidade-Modelo, as quais são:

a) preparo para a vida em comunidade, com a requalificação do desenho urbano e a universalização dos serviços; b) garantia da mobilidade e da acessibilidade a partir de sistemas públicos de transportes de massa; c) uso e ocupação do solo mesclados a uma variada estrutura funcional; d) valorização da atratividade urbana a partir da identidade e qualidade ambiental; e) existência de uma base econômica sustentável; f) organização funcional e tecnológica para a realização de negócios; g) capacidade de articulação e troca de práticas inovadoras com outras cidades e comunidades; h)

participação comunitária nas decisões; i) parcerias entre o setor público e o privado; j) planejamento contínuo e transparência na gestão. (MOURA, 1999, p. 99)

As cidades-Modelos, seriam então, um modelo de urbanização global sustentável, na qual esse conjunto de condições sintetizam uma agenda sustentável e uma capacidade de capitalizar novas oportunidades de gerar economia, vindo a enriquecer o desenvolvimento global sem deixar de pensar em práticas ambientais sustentáveis para melhor qualidade de vida e o bem viver nas cidades.

Esse processo de transformar uma cidade em modelo, demanda tempo e estratégias adequadas, além de muito estudo e trabalho, tanto dos órgãos públicos, como também da participação dos cidadãos. Nesse processo, deve-se abraçar toda e qualquer oportunidade, que possa ser aproveitada para reforçar a caminhada das cidades na busca de alcançar um modelo sustentável capaz de prover o desenvolvimento dentro da esfera econômica global.

No alcance das Cidades-Modelos, ocasião para rentabilizar conquistas, e motivo de orgulhar cada cidadão urbano. Muitas dessas cidades tornam-se grandes representantes de sua marca, podendo assim, exportá-la a outras cidades. Nesse sentido, “as ‘soluções urbanas’ passam a valer não necessariamente por suas qualidades intrínsecas mas pelo seu lugar de origem. A cidade se torna um produto, uma marca ela mesma [...]” (MOURA, 1999, p. 100), transmitindo sua transparência e identidade ao restante do mundo.

Cada vez mais os modelos de cidades sustentáveis são providos através da técnica do que pela política. Há alguns programas sociais do governo que trabalham com técnicas objetivas de prover a sustentabilidade no espaço urbano, baseando-se nas estruturas locais. Destaca-se, como um desses programas, o processo de reciclagem, que contribui diretamente para a diminuição da poluição e também gera mais empregos aos moradores das cidades. A reciclagem hoje também é gerador de riquezas, e até mesmo o setor industrial está reciclando materiais, visto que reduz os custos de produção. Estes movimentos sustentáveis objetivam a preservação dos recursos naturais, para então atingir um melhor nível de qualidade de vida nos centros urbanos. “O caminho para a sustentabilidade, nesses modelos, estaria sujeito a arranjos territoriais capazes de adaptar as estruturas urbanas em uma nova base técnica.” (SÁNCHEZ, 2009, p. 177).

Porém, percebe-se que, os projetos urbanos vêm sendo construídos com um referencial paradigmático dominante, onde existe uma despolitização das questões ambientais. O equívoco está no fato da maioria dos programas de educação ambiental ser permeada por noções que sugerem certa atitude voluntarista por parte de cada ator individual, identificado como cidadão comum, em quem recai a responsabilidade pela preservação ambiental. Esses

programas devem contemplar a cidade como um todo e, a proteção, melhorias ambientais, qualidade de vida e inclusão social são obrigações de todos (da população em geral, dos gestores, das instituições, do Estado).

Destarte, a ideia de sustentabilidade que é vendida pelas Cidades-Modelos:

[...] vincula-se à orientação gerencial das práticas do governo-empresa incorporadas no planejamento. A gestão empresarial, e sua correspondente retórica, projeta na “cidade sustentável” algumas das qualidades que a capacitam para uma inserção competitiva no mundo globalizado: reestruturação urbana com vistas ao incremento da atratividade, construção do patriotismo de cidade e, sobretudo, credibilidade e confiança por parte dos potenciais investidores. (SÁNCHEZ, 2009, p. 178).

Essa ideia quer dizer que as cidades passam sua marca através da imagem que reproduzem. Como exemplo de cidade modelo sustentável podemos citar Curitiba, capital do estado do Paraná, a qual ganhou o prêmio “Cidade-Verde”, foi eleita a cidade mais sustentável da América Latina.

Os projetos de revitalização em áreas urbanas destacam-se cada vez mais, tanto na renovação ambiental quanto nas obras arquitetônicas abandonadas, pois isso contribui na construção da imagem de cidade que está se renovando, constantemente, dentro de uma concepção de desenvolvimento sustentável. São as vitrines que revelam pontos luminosos da cidade, muitas vezes construídos especialmente para tal fim”. Buenos Aires pode ser citada como um exemplo, cidade moderna, pautada em parâmetros globais e sustentáveis, porém com vários pontos de pobreza, marginalização e exclusão social que ficam invisibilizados pelo apelo vitrine e seus pontos turísticos culturais.

[...] Os novos espaços representam emblemas, sínteses eloquentes de uma nova maneira de fazer cidade: a cultura e o lazer mercantilizados, os polos de atratividade turística geradores de renda, os projetos ecológicos de recuperações de rios e fundos de vale e a criação de parques associados a grandes projetos imobiliários de condomínios de alto padrão. (SÁNCHEZ, 2009, p. 179)

A revitalização, traz uma representação emblemática da cidade, que objetiva uma sintonia entre a sustentabilidade e a globalização, através de imagens para assim, ficarem conhecidas em todo o mundo, com caráter inclusivo de relações sociais. E, assim sendo, acaba surgindo uma característica de exclusão e afastamento social, devido ao alto padrão que é imposto aos seus cidadãos. E, como seu reverso, há sim, mais exclusão social à grande população do vive em seu bairros, subúrbios ou locais estratégicos para o grande capital, pois são esses os sujeitos mais vulneráveis do ângulo social e econômico do fenômeno da globalização centrada na ideia de livre mercados.

Pode-se aferir, que as cidades-modelo, constituem uma imagem para ser inserida e reconhecida internacionalmente, imagem esta, que é transmitida enfatizando a diversidade cultural pelo multiculturalismo daquele habitat e não pela interculturalidade. Essa política cultural, é usada para refletir o poder estatal local. Porém, as mudanças estruturais necessárias para alcançar esse modelo que se pretende global sustentável de cidade, demanda de grande capital econômico, bem como, do interesse e participação da sociedade, para que juntos construam uma cidade harmônica e com qualidade de vida para seus habitantes e, por se tornar vitrine, para seus visitantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea vê-se compelida a necessidade de viver em uma cidade “completa”, globalizada e sustentável em que os riscos e incertezas possam ser controlados e contornados. No entanto, o início do século 21 traz à tona um intenso paradoxo: por um lado, evidencia-se o extraordinário avanço das tecnologias, do capital, das comunicações, da sustentabilidade e da qualidade de vida no meio urbano e; por outro lado, os impactos do fenômeno da globalização centrada na ideia de livre mercados, economias ativas e acumulação desigual do capital com alta concentração de riqueza, tem criado fissuras sociais e culturais que tem atentado à dignidade humana de grande parcela da população mundial. Assim, os espaços urbanos passam a ser objeto de disputas matéricas e teóricas para a criação de modelos que possam fazer com que a globalização econômica caminhe de braços dados com uma globalização em seu aspecto social e cultural, que valorize a cidadania e a promoção de direitos humanos aos diferentes povos e culturas.

Frente aos cenários desencadeados pelo fenômeno da globalização vê-se o surgimento de cidades globais centradas na intensificação de fluxos, tecnologias, alto custo energético e poder econômico que acabam por realizar as determinações hegemônicas do que deve e pode ser seguido ao redor do globo, com marcas de grande exclusão social. Em contraposição as cidades globais, surge o modelo de cidades sustentáveis pensadas sob uma lógica cujo objetivo é criar uma cidade que proporcione de forma abrangente o desenvolvimento sustentável, reconhecendo que esta apresenta diferentes formas e dimensões para serem consideradas dentro das estratégias possíveis em razão das características locais, visando a inclusão dos cidadãos.

Em uma tentativa de harmonização de padrões tão distintos, frente ao fenômeno da globalização, surge a proposição de cidades modelos (cidades vitrines) como exemplo de

globalização sustentável, com uma imagem de valorização da pessoa humana e revitalização nos centros urbanos, com o objetivo de sintonizar a pós-modernidade com o equilíbrio ecológico com ênfase no marketing urbano que projeta uma imagem da cidade, como sendo ideal, harmônica e bem sucedida, onde a felicidade e segurança são artificialmente veiculados. Contudo, também essas cidades vitrines, também apresentam suas contradições e bolsões de exclusão social que na maioria das vezes são invisibilizados pela estrutura implantada.

São diversas as formas de encarar o presente e o futuro, constituindo-se imprescindível da elaboração de novas políticas e perspectivas para a construção de uma solidariedade intergeracional e internacional que ressalte a importância da proteção e melhoria do meio ambiente urbano na sociedade globalizada. Assim, o desafio da atualidade pressupõe, de fato, um verdadeiro despertar da sociedade acerca dos atos humanos na natureza do horizonte de hoje e de amanhã.

A sustentabilidade propõe uma visão integral acerca do desenvolvimento urbano, sendo imprescindível para incremento da riqueza material e no aumento da qualidade de vida. As cidades sustentáveis fazem parte de um programa de políticas públicas dedicada a manutenção da existência da natureza nas diferentes áreas da gestão pública no âmbito urbano local, oferecendo ferramentas necessárias para que as cidades desenvolvam-se de forma econômica, social, cultural e ambientalmente sustentável, como uma agenda para firmar a sustentabilidade das cidades. No entanto, esse modelo foi gerado a partir de uma agenda hegemônica internacional, interessante, mas insuficiente para tratar dos impactos sociais da concentração do capital e exclusão oriundas da globalização econômica.

Logo, tem-se um modelo ideal de cidade que tende a unir competitividade, desenvolvimento sustentável, multiculturalismo, aliado a boa governança e participação cidadã. Sob essa modelagem, o *city marketing*, vende a imagem das “cidades-vitrines, para o restante do mundo, internacionalizando o modelo local que sob determinado ângulo mostra-se interessante, porém insuficiente para incluir a grande massa seres humanos excluídos da vida social formal pela globalização. Como resposta provisória aos impactos da globalização econômica, sentidos em especial no meio urbano pelas populações economicamente vulneráveis, pretende-se que a mesma possa garantir o acesso e efetivação de direitos humanos de cunho social e cultural as diferentes cidades. Seja por meio da regulamentação, da limitação e ou responsabilização o grande capital pelo desrespeito aos direitos fundamentais e redução na qualidade de vida em razão de processos de poluição e destruição dos recursos ambientais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Sustentabilidade e território nas ciências sociais**. In: 7º Encontro Nacional da ANPUR. v. 3. Anais: Recife, maio 1997.

COMPANS, Rose. **Cidades sustentáveis, Cidades globais: Antagonismo ou complementariedade?** In. ACSELRAD, Henri. (Org.). A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. ed. 2. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. trad. FIKER, Raul. São Paulo: UNESP, 1991.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A (in) sustentabilidade das cidades vitrines**. In. ACSELRAD, Henri. (Org.). A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. ed. 2. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

MOURA, Rosa; SÁNCHEZ, Fernanda. **Cidades-modelo: espelho de virtudes ou reprodução do mesmo?** Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro, v. XIII, n.2, ago./dez. 1999.